



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

---

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Eixo: Políticas Públicas

#### **ANÁLISE NACIONAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – PERÍODO 2013 A 2015**

Rodrigo Lucas Hort<sup>1</sup>  
Sérgio Luiz Maybuk<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo foi analisar o desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Estados brasileiros, regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, ou como um programa inter setorial que, dentre outros objetivos, busca efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006. Neste sentido, na metodologia da pesquisa buscou-se coletar e analisar informações sobre o desempenho das compras da agricultura familiar com recursos dos PNAE nos Estados brasileiros. O programa PNAE proporciona incentivo e desenvolvimento da pequena propriedade rural criando mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local nos municípios brasileiros. Nesta pesquisa constatou-se que apesar do programa ter aumentado consideravelmente as compras da agricultura familiar, a maioria dos Estados brasileiros não atendem o programa no quesito compras da agricultura familiar, visto que em muitos deles as porcentagens de compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar são abaixo do mínimo instituído pelo programa.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Pequena Propriedade.

#### **Introdução**

O presente artigo é fruto de pesquisa de projeto de iniciação científica que teve em grande parte, orientação do professor doutor João Carlos Leonello que infelizmente faleceu em 2108. O trabalho foi dado sequência pelo professor autor desse artigo em conjunto com o orientando. E tem como objetivo analisar o desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Estados brasileiros. Inicialmente se faz necessário destacar que tal programa, com sua

---

<sup>1</sup> Técnico em Administração, Técnico em Processos Gerenciais, graduando de ciências econômicas, aluno de iniciação científica, rl\_hort@hotmail.com.

<sup>2</sup> graduado em ciências econômicas e mestre em desenvolvimento econômico, professor efetivo da Unespar campus Campo Mourão e orientador do IC, sergio.maybuk@unespar.edu.br.



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

remota origem em 1954, foi regulamentado pela lei 11.947/2009 e desta forma encontrou a Agricultura Familiar como um de seus respectivos fornecedores de alimentos. Essa categoria agrícola, com suas características específicas e sua diversidade de produção, além de obter renda, contribui nos bons hábitos alimentares, para crianças, adolescentes e adultos frequentadores da rede pública de ensino.

Segundo MDA (2006), agricultura familiar, consiste em características diferentes, quando comparada a outros tipos de agricultura, onde a gestão da propriedade é compartilhada entre a família e a sua produção é a principal fonte geradora de renda. A diversidade produtiva é característica marcante deste setor e suas diretrizes e critérios de identificação são regulamentados pela Lei 11.326 de julho de 2006.

Conforme publicação do IBGE (2006), os dados do Censo agropecuário de 2006, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários são de grupos familiares, onde esta porcentagem corresponde a um número de 4,4 milhões de estabelecimentos e metade destes estão localizados na região nordeste do Brasil. E correspondem a 90% da base econômica dos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes.

A Lei nº 11326/2006, considera agricultor familiar aquele que pratica atividade no meio rural, possui área de até 4 módulos fiscais e sua mão de obra, gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento é conduzido pela própria família. Por sua representatividade e importância para produção interna, estes grupos de agricultores são incentivados no Brasil por meio de políticas públicas.

Sobre esse tema, Höfling (2001), afirma que, políticas públicas são ações do Estado, projetos, implantadas para desenvolvimento de setores específicos da sociedade, onde tais, agem de forma a facilitar as linhas de créditos e o escoamento da produção, como é caso do Programa Nacional Agricultura Familiar, Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, Associativismo Familiar e Reforma Agrária, que agem no oferecimento de linhas de créditos específicas. Assim para o objeto de pesquisa no presente artigo destacar-se-á a importante política PNAE.



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

De acordo com FNDE (2011), a agricultura familiar encontra na alimentação escolar, por meio da Lei 11.947/2009, a possibilidade de fornecer alimentos para a alimentação escolar, na rede pública de ensino. Sendo do total de fundos repassado pelo FNDE, 30% no mínimo deve ser comprado de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sem intermediários e dispensando os processos licitatórios, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, o que facilita a venda e aumenta a renda dos produtores, e conseqüentemente diminui os custos para as escolas.

Ainda conforme FNDE (2011), ao todo são 47 milhões de alunos distribuídos em 190 mil escolas da rede pública de ensino em todo Brasil e tal iniciativa contribui nos seguintes aspectos: maior organização dos agricultores, maior qualificação de suas ações comerciais, maior desenvolvimento local, dinamismo na economia local, descentralização da renda local, combate à pobreza rural, garantia da segurança alimentar, geração de renda e agregação de valor e estímulos à produção com menores impactos ambientais.

A título de exemplo, no caso do Estado do Paraná, de acordo com Governo do Paraná (2018) os objetivos do programa, são divididos entre primários que visam suprir as necessidades nutricionais dos alunos, ofertando aos mesmos, no mínimo uma refeição ao dia, que atendam os requisitos nutricionais referente ao período em que se encontra na escola. E os secundários que visam melhorar as condições fisiológicas dos alunos, promover a educação nutricional e reduzir evasão escolar e repetência. Assim, promovendo melhorias no rendimento escolar, maior qualidade de desenvolvimetro psíquico e físico, redução no índice de faltas e melhorias na saúde e imunidade.

Ainda de acordo com Governo do Paraná (2018), o valor repassado pela União aos Estados e municípios é definido pela etapa e modalidade (Educação Infantil, Educação Básica ao Ensino Médio) e tem como base o censo escolar realizado no ano anterior ao atendimento, no qual seus valores totais são repassados para 200 dias letivos, que são divididos em parcelas para atender 20 dias letivos. Por exemplo, os repasses do PNAE para a educação infantil no período



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

da pesquisa são correspondentes a R\$ 1,07 para creches e R\$ 0,53 para as pré escolas. Há ainda atendimento específico à Educação Indígena, para as Escolas Quilombolas e a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Para fomentar a organização de agricultores que possam concorrer no atendimento à demanda de órgãos públicos, conforme Serra (2013), há grande participação dos Estados na formação e desenvolvimento das cooperativas no Brasil, entendendo-se que elas podem ser grande aliadas dos agricultores familiares participantes do PNAE.

#### **Metodologia**

É importante destacar que de acordo com Gil (2008), a pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos, e quanto aos procedimentos técnicos. Em relação aos objetivos, esta pode ser classificada em exploratória, descritiva e explicativa.

No caso da presente pesquisa, esta é classificada como explicativa, que pode ser definida como aquelas que “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p. 42).

O método empregado foi o quali-quantitativo. Tal método se explica a partir do fato que o artigo contém os dados estatísticos, que serão à base da pesquisa, e que serão organizados e analisados, característica do método qualitativo. No caso específico no presente artigo, como o objetivo geral é analisar o desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Estados brasileiros, no período de 2013 a 2015 que são os três últimos anos divulgados.

Em relação à coleta de dados a pesquisa segue coletando dados para os Repasses do programa, por meio do link: .

<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-repasses-financeiros>

e para as Aquisições da Agricultura Familiar o link:

<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Posteriormente à coleta de dados estes foram representados em tabelas, que puderam ser confeccionadas ou adaptadas através de planilhas eletrônicas, via *software Microsoft Office Excel*, também foram feitos gráficos para melhor ajudar na visualização dos dados obtidos.

As tabelas utilizadas para demonstração dos dados são definidas como “toda a representação visual que requer números (absolutos e/ou em percentagens), utilizando-se o quadro para agrupamento de palavras e frases” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 170).

#### **Resultados e Discussão**

O Brasil nas suas 5 distintas regiões, tem suas características climáticas e produtivas específicas e tais diferenças podem afetar diretamente na agricultura familiar, segundo dados do IBGE (2006) os totais de estabelecimentos familiares somavam em 2006 o total de 4.367.902 que correspondiam a uma área de 80.250.453 hectares.

Considerando consultas no FNDE (2018) os repasses do programa PNAE entre 2013 e 2015 houve o crescimento de repasses de 12,8% em 2014 e 34,6% em 2015.

Os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, tiveram os maiores repasses durante todo o período analisado para o programa, onde São Paulo liderou somando R\$ 2.114.270.328,00 e Minas Gerais em segundo teve o valor de R\$ 987.141.340,00 e Bahia obteve R\$ 903.610.828,80 de repasses. E os três Estados da região Norte, sendo eles Acre, Amapá e Roraima tiveram os menores repasses do programa em todo o período analisado. Sendo que para o Estado do Acre o somatório de repasses foi R\$ 62.727.880,80 para Amapá 58.420.946,00 e Roraima fica com menor repasse do período R\$ 34.232.373,60.

Em termos de percentuais, as respectivas porcentagens de repasses por regiões, a região Sudeste tem 36,4%, Nordeste 32,3%, Sul 13,3%, Norte 11,0% e Centro-Oeste têm 7,1%. Ainda de acordo com consultas no FNDE (2018) , quando se trata de aquisições de alimentos da agricultura familiar no período têm-se os



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

dados separados por Estados e regiões, onde se observa que o percentual de alimentos adquiridos da agricultura familiar pela região Centro Oeste correspondeu a apenas 8,0% o menor índice de todas as regiões brasileiras. A baixa de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte desta região pode ter indícios de explicação nos dados do IBGE (2006), que mostram que do total de estabelecimentos de familiares contidos nesta, são apenas 217.531 ou 4,98% do total nacional.

O Estado de São Paulo mais uma vez liderou, os resultados, tanto no período como no somatório, sendo o Estado com maior valor para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, onde no período de 2012 a 2015 analisado somou o valor de R\$ 352.985.369,31 outro fato também que se repetem onde Minas Gerais aparece logo em seguida de São Paulo também nas aquisições de alimentos da Agricultura Familiar somando no período R\$ 236.360.498,42 e o Estado do Paraná somando no período o valor de R\$ 179.602.904,62 para as aquisições de alimentos da agricultura familiar.

Os dois Estados da região Norte, Roraima e Amapá e o Distrito Federal região Centro-Oeste tiveram as menores aquisições da agricultura familiar. Sendo que Roraima somou o valor de R\$ 8.751.176,55, o Distrito Federal somou 6.901.476,61 e o Estado do Amapá com o menor de valor de aquisições da agricultura familiar somou o valor de R\$ 4.420.443,66.

Em termos porcentagens nas aquisições pode-se observar a aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar na tabela 1, que mostra o percentual de aquisição da agricultura familiar no período e Estados propostos.

A partir da exposição da tabela 1, tem-se que no ano de 2013 apenas dois Estados atingiram a meta mínima de aquisições de 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sendo que o Estado de Goiás adquiriu 58,2% e Espírito Santo adquiriu 31,1% da agricultura familiar, os demais Estados se mantiveram com índices abaixo de 30%.

Tabela 1: Porcentagem de Aquisições da Agricultura Familiar/Estados.  
**Porcentagem de aquisições da Agricultura Familiar**



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Região	Estados				
		2013	2014	2015	Média
Centro-Oeste	Distrito Federal	0,0%	11,4%	9,1%	6,8%
	Goiás	58,2%	18,1%	23,4%	33,3%
	Mato Grosso	15,5%	17,0%	17,5%	16,7%
	Mato Grosso do Sul	20,5%	23,4%	19,6%	21,2%
Nordeste	Alagoas	9,1%	14,0%	15,5%	12,9%
	Bahia	15,1%	18,1%	21,8%	18,3%
	Ceará	17,6%	19,9%	24,2%	20,6%
	Maranhão	16,5%	16,0%	21,0%	17,8%
	Paraíba	19,1%	12,3%	15,7%	15,7%
	Pernambuco	13,8%	14,7%	16,8%	15,1%
	Piauí	10,0%	10,7%	12,1%	10,9%
	Rio Grande do Norte	21,3%	19,5%	20,0%	20,3%
Sergipe	16,7%	19,0%	22,7%	19,5%	
Norte	Acre	29,4%	28,3%	24,4%	27,4%
	Amapá	5,9%	5,1%	11,6%	7,6%
	Amazonas	21,1%	23,6%	18,8%	21,2%
	Pará	20,1%	20,7%	22,5%	21,1%
	Rondonia	25,4%	21,4%	28,2%	25,0%
	Roraima	9,1%	34,7%	34,6%	26,1%
	Tocantins	22,2%	21,2%	22,1%	21,8%
Sudeste	Espírito Santo	31,1%	33,5%	32,1%	32,2%
	Minas Gerais	22,1%	23,9%	25,7%	23,9%
	Rio de Janeiro	8,5%	10,1%	13,9%	10,8%
	São Paulo	11,9%	15,5%	22,4%	16,6%
Sul	Paraná	24,0%	33,1%	37,3%	31,4%
	Rio Grande do Sul	27,0%	33,9%	32,2%	31,1%
	Santa Catarina	20,0%	23,0%	33,8%	25,6%
<b>Media Anual</b>		<b>18,9%</b>	<b>20,1%</b>	<b>22,2%</b>	<b>20,4%</b>

Já em 2014 e 2015 alguns Estados mantiveram índices acima de 30%, como o caso do Paraná com 33,1% em 2014 e 37,3% em 2015, Rio Grande do Sul com 33,9% em 2014 e 32,2% em 2015, Espírito Santo com 33,5% em 2014 e 32,1% em 2015 e Roraima que apesar de ter um dos menores números em repasses do programa em aquisição da agricultura familiar, no ano de 2014 34,7% do total de



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

repasse foi adquirido da agricultura familiar e em 2015 esse número praticamente se manteve com uma porcentagem de 34,6% de aquisições. Além dos Estados já citados, Santa Catarina apresentou 33,8% de aquisições da agricultura familiar em 2015.

Este programa de grande contribuição e interesse da agricultura familiar se mostra em crescimento em vários Estados, ainda falando de porcentagem de aquisição de alimentos da agricultura familiar, tendo como base o ano de 2013 destaca-se Roraima com crescimento de 25,5% no período, Santa Catarina que no período cresceu 13,8% e Paraná com crescimento de 13,3% no período.

Analisando o total de aquisições da agricultura e ??? familiar e fazendo uma média anual das respectivas,,,,,, tem-se a figura 1 a seguir com as médias anuais de aquisições da agricultura familiar.

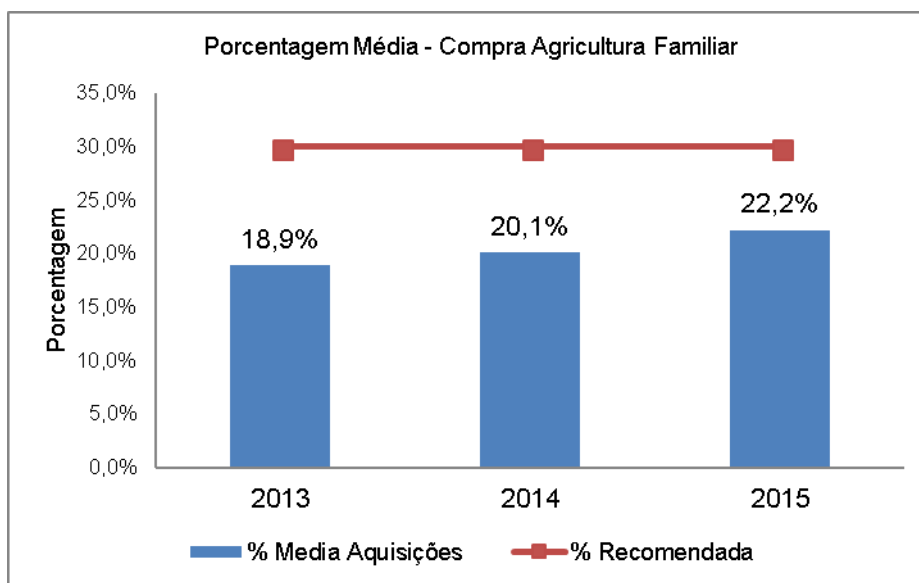


Figura 1: Porcentagem Média anual de Aquisições da Agricultura Familiar.

Diante da figura 1, nota-se que quando se faz uma média anual de aquisições da agricultura familiar, observa-se que em nenhum dos anos o propósito de adquirir 30% de produtos da agricultura familiar foi alcançado. Porém um fator importante que pode-se observar foi que no período de três anos a média anual de aquisições apresentou crescimento, passando de 18,9% em 2013 e atingindo 22,19% em 2015. O que indica que tanto os agricultores familiares como as entidades educacionais





## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

estão buscando se enquadrar no programa, fato que se torna benéfico principalmente para municípios de pequeno porte, visto a importância da agricultura para a economia local.

#### **Considerações finais**

O desenvolvimento do presente artigo possibilitou uma análise do PNAE Programa Nacional da Alimentação Escolar nos quesitos, comparativo com os Estados brasileiros e Distrito Federal, evolução do programa no período analisado e porcentagem de aquisições da agricultura familiar por Estado no período de 2013 a 2015.

De modo geral, o programa possui alguns Estados com baixa utilização de repasses do programa, das quais se pode citar, Amapá e Roraima na Região Norte do país. Em contrapartida mesmo poucos repasses o Estado de Roraima atendeu a porcentagem de compras solicitadas pelo programa em 2014 e 2015 apresentando a porcentagem de 34,7% em 2014 e 34,6% em 2015, número superior a 30% que é o mínimo solicitado pelo programa.

Também vale ressaltar que a baixa aquisição de produtos da agricultura familiar pode ser atribuída às características climáticas e do solo, que influenciam diretamente na produção e também a presença de grandes proprietários de terras, que desejam a produção de commodities agrícolas como soja, milho, trigo e algodão. Visto que suas propriedades ultrapassam quatro módulos fiscais e não atendem os demais requisitos da agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, fornece aos estudantes de forma gratuita, a alimentação adequada durante o horário escolar, o que permite o maior aproveitamento nas atividades escolares, melhor desenvolvimento psíquico e físico e diminuição de suas respectivas faltas.

Devido a importância do tema, é notória sua contribuição para os alunos e para as escolas, assim o desenvolvimento continuado deste, continuará gerando qualidade de ensino e renda para os agricultores familiares, além de que, a criação de projetos para a ampliação do programa pode ser fomento para desenvolvimento



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

de cooperativas e associações de agricultores, que desta forma podem agregar valor ao produto final, absorver mão de obra ociosa e gerar renda e desenvolvimento para todos estados.

Nesse sentido a utilização dos recursos do PNAE pelos Estados Brasileiros e Distrito Federal, indicou a geração de renda aos agricultores familiares, dando indícios da continuidade do modo de produção de alimentos e também Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tudo leva a crer que, o programa contribui diretamente para as famílias produtoras, deste modo o seu respectivo crescimento fará com que a produção familiar se torne cada vez mais organizada e conseqüentemente conquiste também novos mercados.

#### Referências

Fundo Nacional de desenvolvimento a educação. **Repasses Financeiros**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-repasses-financeiros>>. Acesso em 23 de Mar. de 2018.

Fundo Nacional de desenvolvimento da educação. **Dados da Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 23 de Mar. de 2018.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. (2011). **Cartilha o encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/5196-cartilha-o-encontro-da-agricultura-familiar-com-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em 23 de mar. de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. (2001). **Estado E Políticas (Públicas) Sociais**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php?page=locinfpop>>. (s.d.). *Ipardes*>. Acesso em 23 de mar. de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006). **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>>. Acesso em 24 de Jun. de 2018.



## II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

---

### IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2006). **O que é agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em 23 de mar. de 2018

Paraná Governo do Estado. **Programas e Projetos - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>>. Acesso em 23 de mar. de 2018.

SERRA, Elpídio. (2013). **A participação do estado na formação e Desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil**. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=elpidio+serra+2013&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=elpidio+serra+2013&btnG=>)>. Acesso em 23 de mar. de 2018.